

Obrigações de Serviço Público

Os terminais de serviço público do porto de Setúbal encontram-se, na sua maioria, concessionados, estando apenas sob gestão directa da APSS,SA o Terminal Ro-ro, cuja operação está entregue a empresas licenciadas.

As obrigações de serviço público encontram-se definidas nas cláusulas contratuais dos respectivos contratos de concessão.

A concretização do modelo de gestão *landlord* encontra-se, pois, praticamente consolidado, já que a operação portuária de movimentação de cargas está na responsabilidade das empresas privadas, no âmbito de contratos de concessão de exploração de terminais ou de licenças, estando a APSS,SA retirada da prestação directa da maioria dos outros serviços comerciais.

A APSS, SA procedeu a diversas acções de fiscalização e gestão dos contratos de concessão e licenças atribuídas às empresas que desenvolvem a sua actividade na área de jurisdição dos portos de Setúbal e Sesimbra, tendo por objectivo, entre outros, verificar o cumprimento das obrigações de garantia da prestação do serviço público e de satisfação das necessidades da comunidade.

Termos Contratuais da Prestação de Serviço Público

As obrigações de serviço público encontram-se definidas nas cláusulas contratuais dos respectivos contratos de concessão e prendem-se com as características de regularidade e continuidade do serviço público, em conformidade com as bases gerais das concessões definidas no Decreto-Lei nº 298/93, de 28 de Agosto e Decreto-Lei nº 324/84, de 30 de Dezembro.

Modelo de Financiamento Subjacente à Prestação de Serviço Público

O investimento realizado nos terminais de serviço público concessionados é da responsabilidade das empresas concessionárias, conforme definido no respectivo contrato de concessão. Contudo, estão, habitualmente, alocadas à Administração Portuária responsabilidades a construção dos cais e terraplenos, bem como a manutenção dos canais de navegação.